

## **POR QUE A FILOSOFIA COMEÇOU COM OS GREGOS? CONTRAPONTO ÀS REFLEXÕES DOS GERMANOS**

WHY DID PHILOSOPHY BEGIN WITH THE GREEKS? COUNTERPOINTS TO THE  
REFLECTIONS OF THE GERMANS

Nicole Elouise Avancini<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como propósito explorar o que é a filosofia, onde e em qual figura histórica podem ser encontradas suas origens. Num primeiro momento, serão expostos os argumentos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, em conluio com outros pensadores europeus, em favor da tese de que tal disciplina teve início com os gregos, e por que Tales de Mileto foi o primeiro dos filósofos. Num segundo momento, pretende-se problematizar tal concepção, tomando por base estudos de filósofos contemporâneos que defendem o contraponto de que a visão de uma filosofia originariamente grega é racista e eurocêntrica, pois formas semelhantes de pensamento são verificadas em diversas outras culturas. Pretende-se refletir, também, sobre o que significa pensar filosoficamente e quem são os indivíduos capazes de fazer isso.

**Palavras-chave:** Filosofia. Ocidentalismo. Orientalismo. Racismo.

**Abstract:** This paper aims to analyze what philosophy constitutes as, where and in which historical figure its origins can be found. Initially, certain points by the German philosopher Friedrich Nietzsche will be explored, alongside other European thinkers, in favor of the thesis which states that such subject holds its dawning in Ancient Greece, being Thales of Miletus the first of the so-called philosophers. Afterward, we aim to render problematic such an idea, based on studies by contemporary thinkers which stand by the counterpoint that viewing philosophy as originally and purely greek is racist and eurocentric, since similar ways of thinking can be verified in several other previous cultures. We aim to also reflect upon what it means to think philosophically, and who are the individuals able to do so.

**Keywords:** Philosophy. Occidentalism. Orientalism. Racism.

---

<sup>1</sup>Mestranda em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. E-mail: [nicole\\_avancini@hotmail.com](mailto:nicole_avancini@hotmail.com)

## Introdução

Em diversos programas de graduação em filosofia, de diversas Universidades espalhadas pelo mundo, é comum que os estudos iniciem pela era Antiga, partindo dos pensadores nativos da Grécia e/ou de ilhas que a ela pertenciam, na época<sup>2</sup>. Com isso, cria-se no imaginário popular a noção de que a filosofia teve início com os gregos, a partir do século VI a.C., sendo Tales de Mileto o primeiro representante. Podemos, entretanto, formular a questão: por quê? Por que esse povo é comumente referido como o pioneiro da filosofia? Quais os critérios que determinaram isso e, ainda, quem foi ou quem foram os responsáveis por decretar isso? Ora, existem justificativas de outros filósofos para esse dado histórico, promovidas, por exemplo, por Aristóteles, ainda na Antiguidade, e Kant, Hegel e Nietzsche, na Modernidade, conforme veremos.

Friedrich Nietzsche foi um dos diversos pensadores germanos<sup>3</sup> a valorizar o modo de pensar grego – notadamente dos primeiros pensadores, anteriores a Sócrates –, por identificar, nele, aspectos originários e inovadores que influenciariam gerações de teóricos ainda por vir. Na obra *A Filosofia na Era Trágica dos Gregos*, escrita pelo jovem Nietzsche entre os anos de 1872 e 1873, é expressa essa admiração pelo espírito grego, que vai além do mero pensar e avalia, também, o modo de viver desse povo.

Não é sem motivos que o alemão considera Tales como o primeiro filósofo, conhecido por sua proposição de que a água é o fundamento de tudo na natureza. O segredo de sua originalidade e de sua genialidade esconde-se, de acordo com Nietzsche, não no elemento da água por si mesmo, mas no que essa asserção implica. Veremos, na primeira seção, como Nietzsche interpreta isso, aliado a perspectivas de outros pensadores modernos e contemporâneos que reiteram a tese dos gregos como pioneiros.

Por outro lado, há controvérsias quanto a essa visão de que o pensador milesiano tenha sido o responsável por “inaugurar” o pensar filosófico – afinal, é viável afirmar que os povos que viveram antes de sua época não pensaram? E, se eles pensaram, por que não são considerados “filosofia” como a de Tales?

É inegável que se desenvolveu uma tradição de pensamento filosófico ao longo dos séculos, e certos autores são conhecidos por fazerem parte do cânone – ou seja, não há como

---

<sup>2</sup> Uma pesquisa rápida pela grade curricular dos cursos de filosofia ofertados em Universidades regionais, nacionais e internacionais, comprova tal afirmação.

<sup>3</sup> Outros incluem: Johann Winckelmann, Jacob Buckhardt e Martin Heidegger.

estudar filosofia sem mencionar tais figuras. No entanto, analisando os nomes dos filósofos mencionados no início, bem como outros pertencentes a essa lista, verifica-se que se trata de teorias produzidas majoritariamente por homens, brancos e europeus – e esse dado pode e deve ser questionado. Simone de Beauvoir, no primeiro volume de *O Segundo Sexo* (2016, p. 95), explica:

[...] quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se pois por que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. Mas que privilégio lhe permitiu satisfazer essa vontade?

A mesma questão pode ser posta sobre outros tipos de relações entre opressores e minorias – que tipo de privilégio os brancos detêm sobre os negros? Que tipo de privilégio os burgueses detêm sobre o proletariado? Que tipo de privilégio os filósofos ocidentais detêm sobre os orientais?

Não negamos a importância de se conhecer tal cânone, mas defendemos que, após conhecê-lo, é necessário revisá-lo e problematizá-lo – veremos isso na segunda seção. Afinal, são somente os seres humanos pertencentes a tais classes que possuem o direito de produzir filosofia? Onde ficam os pensamentos dos que produziram antes do século VI a.C.? Onde ficam as obras produzidas por mulheres, por povos afrodescendentes, asiáticos, africanos? Faremos tal pesquisa com base em textos de Marilena Chauí e de Arthur Herman, bem como nos textos de comentadores à obra *Africa, Asia and the History of Philosophy: Racism in the Formation of the Philosophical Canon* (2013) (África, Ásia e a História da Filosofia: Racismo na Formação do Cânone Filosófico), do filósofo americano contemporâneo Peter K. J. Park.

Com isso, o presente estudo ver-se-á permeado por reflexões acerca do que é a filosofia, o que é o pensar filosófico, quais pessoas podem produzir esse tipo de conhecimento, como e por quais motivos isso é feito.

### **1. Nietzsche e os gregos: quem “inventou” a filosofia?**

A produção filosófica na Grécia Antiga é comumente separada com base na figura de Sócrates, considerada emblemática pois revolucionou o modo de se fazer filosofia; por isso, temos os que produziram antes dele, os pré-socráticos, seguidos de seus contemporâneos e, por fim, os pós-socráticos. Nietzsche, porém, enxerga essa divisão de outra maneira, sendo

Sócrates ainda emblemático, mas entendido como o último filósofo puro, e Platão o primeiro pensador misto<sup>4</sup>. Por conta disso, os primeiros filósofos gregos são denominados, pelo alemão, de pré-platônicos (Bulhões, 2013, p. 31).

Tales ainda seria o primeiro deles, mas a ideia de uma filosofia original, que reflete a criatividade grega no primor de sua era trágica, teria sido criada somente até a insurgência do que Nietzsche denomina Socratismo<sup>5</sup>. Isso se deve ao modo como Sócrates agia diante do fazer filosófico – não era meramente uma abordagem dita racional (em contraposição à mitológica) aos problemas pertinentes à vida do indivíduo e de seus comuns, mas um modo de viver. Com isso, temos uma primeira indicação do que seria a filosofia: um estilo de pensamento aliado a um estilo de vida.

Mas quais os motivos exatos para que Tales seja considerado o primeiro dos filósofos? Além de Aristóteles ter defendido isso<sup>6</sup>, há outros pensadores que também reiteram tal colocação. Nietzsche, na obra *A filosofia na era trágica dos gregos* (2008, p. 43), explica que, na busca pela *arché* da *physis*<sup>7</sup>, a proposição de que a água seria o fundamento de tudo que existe na natureza traduziria a primeira asserção filosófica da História: “tudo é um”. Essa tentativa de Tales de investigar um fundamento único à multiplicidade encontrada na natureza daria início a uma tradição de explicações ditas racionais aos fenômenos do mundo, sem a necessidade de se recorrer a histórias de deuses criadores.

Conforme explica Nietzsche (2008, p. 43), tal asserção de Tales enuncia: “[...] algo a respeito da origem das coisas, [...] porque ela o faz sem imagem e fabulação; e [...] porque nela está contido, ainda que em estado embrionário, o seguinte pensamento: tudo é um”. Com

---

<sup>4</sup> Sobre isso, afirma Nietzsche (2008, p. 38): “Com Platão, inicia-se algo inteiramente novo; ou, para falar com igual propriedade, pode-se dizer que, em comparação com aquela república-dos-gênios que vai de Tales até Sócrates, desde Platão falta algo essencial aos filósofos. [...] Mais acertado e imparcial seria, porém, compreender esses últimos como personagens filosoficamente mistas e, os primeiros, como os tipos puros. O próprio Platão constitui a primeira e grande personagem mista, tanto em sua filosofia quanto em sua personalidade.” Em obras como *O Nascimento da Tragédia* (1872) e *Crepúsculo dos Ídolos* (2018 [1889]), Nietzsche critica as figuras de Sócrates e de Platão como “decadentes”, pois responsáveis por iniciar um declínio do espírito grego, se comparados aos pré-platônicos.

<sup>5</sup> Conforme explica Bulhões (2013, p. 35), esse termo refere-se a “um tipo de mentalidade que extrapola um indivíduo particular, por isso encontramos expressões como: tendência socrática, conhecimento socrático, homem socrático, máximas socráticas, socratismo estético e socratismo ético. Esse conceito nietzschiano abrange um núcleo de ideias cujo eixo central é a falta de limite ao impulso racional.” Por mais que soe como um elogio, esse termo é cunhado por Nietzsche na intenção de tecer críticas. O filósofo alemão não privilegia esse impulso desmedido à lógica e à razão em detrimento das outras faculdades humanas, pois encontra valor em outras formas de se relacionar com o mundo, como o instinto.

<sup>6</sup> No livro I de sua *Metafísica*.

<sup>7</sup> Tales e outros da mesma época (Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Parmênides, etc.), compõem os chamados filósofos da natureza, pois sua preocupação primordial era o naturalismo, ou seja, desvendar o elemento (*arché*) que possibilitaria a origem dos fenômenos naturais (*physis*) – uma abordagem dita racional, em contraposição às explicações alegóricas oferecidas pelas mitologias de Hesíodo e de Homero.

isso, Nietzsche desenvolve a seguinte argumentação: discorrer sobre a origem das coisas é algo que a religião faz; isso, por outro lado, sem recorrer à fabulação, é algo que a ciência faz; mas o que separa o pensamento de Tales desses outros saberes, e que o categoriza como filosófico, é o último ponto – a procura por uma unidade na multiplicidade, que é encontrada num elemento tangível, pertencente a esse múltiplo.

Outro aspecto que o filósofo alemão valoriza em Tales é que sua proposição da água como fundamento não advém de um uso puro da razão, pois revela uma abordagem intuitiva de análise do mundo. Diz ele: “[...] aquilo que o impeliu [...] foi um dogma metafísico que se origina numa intuição mística e que, juntamente com as tentativas sempre renovadas de expressá-lo mais e melhor, encontramos em todas as filosofias: ‘tudo é um’” (Nietzsche, 2008, p. 43). Assim, encontramos outra característica valorizada no fazer filosófico, ao menos por parte de Nietzsche: a harmonia entre a razão e a sensibilidade. Não basta ao filósofo argumentar logicamente em defesa de uma posição; ele deve, também, sentir em seu coração que aquilo que ele afirma possui algum sentido.

Nietzsche (2008, p. 45) ainda destaca que os pré-platônicos não se preocupavam em estabelecer uma “verdade” sobre a natureza em seus estudos; o que eles almejaram era explicar os fenômenos, sem o recurso ao alegórico, a partir de sua intuição para conhecer o mundo. Por isso, cada um deles tinha uma concepção diversa a respeito de qual seria a *arché* da *physis*, e eles dialogavam entre si.

Mas ainda há outros motivos, conforme argumentado por outros pensadores, para que os gregos tenham sido os pioneiros da filosofia. Heidegger (1971, p. 22) explica que o termo “filosofia” (*philosophia*) é grego, então uma resposta válida ao que ela constitui requereria um estudo etimológico; além disso, ele afirma que “[...] a nossa maneira atual de questionar ainda é grega” (idem), sinalizando que o próprio perguntar “O que é isto?” é tipicamente grego.

Por outro lado, o historiador Jean-Pierre Vernant (2002, passim) explica que a origem da filosofia em terras gregas se deve ao modo de organização política desse território, entre os séculos VIII e VI a.C.: as pólis democráticas. Afirma ele: “[...] é no plano político que a Razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pôde tornar-se entre os gregos o objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos” (2002, p. 142). Assim, é devido à possibilidade do debate de ideias, no ambiente público da Ágora, que o pensamento dito racional pode se desenvolver, e possibilitar a argumentação filosófica. Outros historiadores da filosofia

reiteram tal posição, como John Burnet e Wilhelm Windelband, sob o ponto de vista da organização econômica das pólis. A classe da aristocracia, distanciada dos trabalhos manuais feitos por artesãos e comerciantes, por conta de sua prosperidade econômica, obteve o privilégio de poder se dedicar unicamente às atividades do intelecto, sendo a filosofia o maior exemplo delas (Chauí, 2002, p. 14).

Ademais, Vernant (2002, p. 142) argumenta que: “A Escola de Mileto não viu nascer a Razão; ela construiu *uma* Razão, uma primeira forma de racionalidade”, indicando que essa chamada “Razão” não erigiu por conta própria, de súbito, no espírito dos gregos; ela teve de ser desenvolvida. A tradição da filosofia que conhecemos atualmente se desenvolveu a partir não só do que Tales e seus contemporâneos estudaram em específico, mas do modo como estudaram – questionando pelo “quê” das coisas.

Essa problemática, porém, em torno do conceito de Razão (*lógos*<sup>8</sup>) é objeto de maiores controvérsias. De um lado, há os estudiosos que defendem a ideia de um “milagre grego”, como Windelband, que reconhece esse povo como o único capaz de ter dado início ao que se tornaria a filosofia e a ciência ocidentais. Por outro lado, há os que defendem que os grandes conceitos gregos receberam influência de outras culturas, como a oriental, conforme veremos. Essa controvérsia divide-se em termos do que é conhecido como ocidentalismo e orientalismo.

A partir disso, verifica-se que há diversos motivos que justificam o advento da filosofia com os gregos; no entanto, a questão não se isenta das críticas dos opositores e, por isso, merece ser melhor analisada. A partir do já exposto, podemos inferir algo curioso: os pensadores que defendem a tese dos gregos como pioneiros são também homens europeus – isso parece certo? Vejamos contrapontos na seguinte seção.

## 2. Um contraponto: e as outras filosofias?

Foram os gregos realmente os primeiros a pensarem de tal maneira racional? De início, precisamos definir o que é esse “pensamento racional”, e o que significa pensar “racionalmente”. Recorrendo ao filósofo moderno René Descartes (1983, p. 29), expoente da tradição do Racionalismo, temos que:

[...] o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens;

---

<sup>8</sup> Termo grego que significa: razão, discurso, linguagem, estudo.

e, destarte, que nossas opiniões não provêm do fato de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas.

A partir disso, a racionalidade diz respeito à capacidade de julgamento entre fatores numa dada situação, bem como à de distinção do que é verdadeiro e do que é falso numa dada realidade. Notoriamente, cada indivíduo julga e distingue as circunstâncias à sua frente de maneiras distintas, mas o veredito é: tal capacidade é comum a todo ser humano, pois todos são dotados de razão.

Em vista disso, seria correto afirmar que os povos que viveram antes do século VI a.C., e em localidades fora da Europa (como no oriente, na China, na Índia, na Pérsia e no Egito), não produziram nada de relevante ao pensamento filosófico? Afinal, quem são os seres capazes de pensar dessa tal maneira filosófica? Ou antes, o que significa pensar filosoficamente?

O historiador François Châtelet (2009, p. 33) afirma que seria grave erro admitir que a reflexão e a sabedoria são atributos exclusivos à Europa desde a antiguidade. Há uma sabedoria na concepção de mundo egípcia, é inegável, bem como nas mitologias norte-americanas e asiáticas, sendo que o que distingue o modo de pensamento grego não é um privilégio inerente a esse povo. Saberes existem em diversas formas, mas o que destacou os gregos antigos foi sua noção própria acerca do *lógos*, a Razão que conduziria a humanidade a maiores descobertas, tanto no âmbito da filosofia quanto no da ciência, pelos séculos seguintes. A sabedoria grega é, desse modo, de acordo com Châtelet (2009, p. 34), sinônimo de: regra de vida, de conduta, de saber sistemático fundado sobre a ideia do ser – conceito o qual, por si mesmo, é próprio dos gregos (*tó ón*).

Já o historiador Arthur Herman, na obra *A Ideia de Decadência na História Ocidental* (1999), explica:

De acordo com Yosef ben-Jochannan, os egípcios negros criaram os primeiros sistemas de escrita, de matemática, de medicina (incluindo o juramento hipocrático original), de política, de arquitetura monumental e de religião, assim como todos os conceitos filosóficos que os brancos, mais tarde, atribuíram falsamente aos gregos – incluindo a ideia de átomo. (Herman, 1999, p. 410)

Isso nos indica que, de fato, os povos anteriores e estrangeiros aos gregos produziram conhecimento – e não só na área da filosofia, mas em diversas outras de extrema importância para o desenvolvimento da humanidade. Heródoto e Aristóteles já reconheciam que a



astronomia e a geometria haviam sido discutidas por povos como os caldeus, os egípcios e os fenícios, e Platão reconhecia a grandeza da sabedoria dos sacerdotes do Egito (Chauí, 2002, p. 19). Ainda na cultura egípcia, a matemática e a medicina já eram cultivadas e, no império da Babilônia, já existia o interesse pela astrologia – princípios de estudos científicos, portanto. Desse modo, a tese orientalista, que ganhou força a partir da Renascença, prega a ideia de que há plena continuidade entre os estudos dos povos orientais e os dos gregos (idem).

Ainda urge a necessidade de diferenciarmos a filosofia dessas outras áreas de conhecimento. Qual foi o primeiro interesse dos primeiros pensadores gregos? Chauí (2002, p. 44) distingue os conceitos de teogonia, cosmogonia e cosmologia – o primeiro diz respeito a narrativas acerca do nascimento dos deuses que criaram o mundo; o segundo trata de histórias acerca da criação da ordem, a partir de forças divinas, em um Universo originado do caos; já a cosmologia trata da forma primária de filosofia, formulada pelos pré-socráticos/platônicos. Constituída a partir da partícula *lógos*, a cosmologia se torna, portanto, a proposta de uma explicação racional à ordem do mundo, buscada em um fundamento originário que seja a causa de todos os fenômenos da natureza. Esses três conceitos são verificados na cultura grega, bem como no que viria a se chamar filosofia, mas a tese orientalista afirma que a ideia de uma unidade originária e criadora de todos os seres é uma concepção que já existia nas cosmogonias das religiões dos povos orientais.

Há um diferencial no pensar grego, no entanto, e é isso que justifica a tese do ocidentalismo e do “milagre grego”. Outros povos, anteriores ou até contemporâneos ao século VII a.C., produziram conhecimentos de diversas espécies, mas os gregos foram os primeiros a sistematizar esse conhecimento, sob o argumento do *lógos*, o pensamento racional. O que já existia sob a forma de cosmogonia, nas religiões orientais, tornou-se a cosmologia tipicamente grega, e deu início a toda uma tradição filosófica<sup>9</sup>. Chauí (2002, p. 26) esclarece que o advento do “milagre” não deve ser interpretado como um resultado espontâneo e inesperado, carente de origem ou causa identificável, mas como um processo de mudanças qualitativas. Devido às condições históricas das pólis, a Grécia Antiga pode se tornar o berço de ideias que marcariam e perdurariam séculos e pensadores ainda por vir – tanto na área da filosofia, como na da ciência, da arte e da política.

---

<sup>9</sup> Chauí (2002, p. 38) distingue cosmogonia e cosmologia a partir do elemento que assumem como a origem das coisas. Enquanto a primeira trata de seres mitológicos com características antropomórficas, a segunda refere-se a elementos despersonalizados, forças e impulsos pertencentes ao mundo natural.



O maior problema que incorreu, e que prejudicou o legado das culturas orientais, foi que essas figuras foram apagadas da História, e suas descobertas “roubadas” por outros povos – os brancos europeus –, que tomaram para si o crédito da originalidade dessas ideias. Além disso, esse “roubo” de ideias foi eternizado como legítimo por outros pensadores, pertencentes às mesmas classes privilegiadas, por enxergarem os povos africanos como “inferiores” – posicionamento pautado puramente no racismo e no eurocentrismo.

Filósofos como Kant e Hegel não escondiam seu desprezo pelos povos de outras raças, relegando-os a práticas tidas como “primitivas”, ou mesmo “bárbaras”, no intento de afirmar a supremacia da raça branca. Kant argumentava que a Europa era o único local apto a produzir filosofia, e isso tinha relação direta com a cor da pele dos pensadores, uma vez que raças diversas da branca não teriam tal capacidade para o pensamento racional (Kalmanson, 2017, p. 60). Ele afirma, em seu texto *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime* (1764):

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. [...] Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. [...] Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas (KANT, 1993, p. 75-76).

Já Hegel expressa posição semelhante em sua *Filosofia da História* (1837):

“A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. [...] O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. [...] Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...]” (HEGEL, 1999, p. 83-86).

Assim, mesmo que no contexto da filosofia da História hegeliana constem argumentos que expliquem por que os gregos foram o primeiro povo civilizado a conhecer as ideias de Razão e de liberdade, não seria justo destituir Hegel de suas opiniões claramente preconceituosas.

No final do século XVIII e início do século XIX, a tese pelo ocidentalismo retomou força com os pensadores do Classicismo, representado por Goethe, por exemplo. Segundo eles, os gregos representaram o antro da racionalidade, da objetividade e da simplicidade, sabendo relacionar e equilibrar com maestria as dicotomias entre matéria e espírito, razão e

sensibilidade, humano e natureza (Chauí, 2002, p. 27). No entanto, outros pensadores opõem-se a essa visão de que os gregos eram o povo da harmonia – Nietzsche é um deles. Para Nietzsche, o espírito que governa o povo grego é o resultado da antítese entre os impulsos apolíneo e dionisíaco. Enquanto o apolíneo rege a harmonia, a perfeição e a ordenação, o dionisíaco guia o caos e a barbárie – e é a luta infinda entre eles que caracteriza a filosofia. Os gregos que melhor personificaram essa antítese foram, para Nietzsche, os pré-platônicos, os representantes do primor da era trágica; Sócrates, Platão e Aristóteles preocuparam-se em demasia com a ordem do apolíneo, decretando, assim, o fim da filosofia. Chauí explica (2002, p. 30-31):

A partir de Sócrates, diz Nietzsche, morre a filosofia e nasce o racionalismo, isto é, um meio covarde usado pelos fracos para dominar os fortes. A razão, colocada como princípio único do real e da conduta humana, serve para domesticar o espírito trágico e agonístico dos gregos, afirmando que o bem, o belo e o justo são a concórdia e o acordo entre os homens e entre os seres. O predomínio exclusivista do apolíneo é, para Nietzsche, a agonia e morte do espírito grego e da filosofia.

Constatamos, previamente, que o diferencial do modo de pensar grego é o *lógos*, mas até as implicações desse conceito são passíveis de serem discutidas. A noção de que o pensar filosófico é pautado no uso puro da faculdade da razão é algo valorizado notoriamente pelo Ocidente, portanto é discutível se seria a única e primordial exigência para se fazer filosofia. De acordo com Dan Flory, recuperando o que Peter K. J. Park afirma em seu estudo acerca das origens da filosofia:

Park supõe implicitamente que, em termos de método, a filosofia pode abordar seu objeto de maneiras que não precisem se conformar com a restrição do argumento racionalista, mas pode ser, em vez disso, aforística ou em forma de estória, como se vê em Confúcio, nos Vedas, nas escrituras budistas, e em outras formas de filosofia não-ocidental (FLORY, 2017, p. 49)<sup>10</sup>.

Além disso, a interpretação corrente de que a filosofia, com os gregos, nasceu a partir da superação das alegorias mitológicas da época, tidas como supersticiosas, e a passagem ao *lógos* foi projetada por Tales, também é questionável. Chauí (2002, p. 39-40) menciona o tradutor Francis Cornford, que mostra que, mesmo diferindo em conteúdo e linguagem, a filosofia, em seu início como cosmologia, apresenta a mesma estrutura que a *Teogonia* de

---

<sup>10</sup> Original: “Park implicitly presumes that in terms of method philosophy may approach its subject matter in ways that need not conform to the strictures of rationalistic argument, but may instead be aphoristic or story-like, as in Confucius, the Vedas, Buddhist scripture, and other forms of non-Western philosophy.” (Tradução nossa).

Hesíodo. Essa estrutura é construída a partir da ideia de uma unidade primordial, seguida pela separação dos elementos, e a eventual luta entre pares de forças opostas, responsável por ditar perpetuamente a vida e a morte dos seres naturais.

Assim, a única diferença entre a proposta da filosofia grega em suas origens e a mitologia desse mesmo povo é que a primeira laiciza as visões da segunda, oferecendo explicações menos pautadas na fabulação e mais imbuídas de elementos naturais sob um caráter lógico. Afinal, as perguntas a que ambas as propostas respondem são as mesmas. Chauí (2002, p. 42) postula:

Haveria, assim, uma "unidade arquitetônica" ou uma "conexão orgânica" entre mito e filosofia, própria dos gregos e somente deles. Se Tales de Mileto afirma que o princípio originário de todos os seres é a água, não seria justamente porque os poetas homéricos afirmavam que o deus Oceano era a origem de todas as coisas? Se Empédocles de Agrigento afirma que as relações ordenadas entre as coisas se devem à ação do amor e do ódio como forças naturais de união e separação, isso não se deve ao fato de que nos poemas de Hesíodo a força cosmogônica é Eros (o amor)?

Conforme Melo (2018), ressalta-se que é errôneo afirmar que as explicações mitológicas são falsas, que não possuem compromisso com a verdade, só porque recorrem ao sobrenatural (os deuses) para explicar o natural (a *physis*); ademais, não se pode dizer que o rompimento com o *mythos* foi abrupto, cedendo lugar completamente ao *lógos*, uma vez que essa forma de narrar perdurou ainda por um tempo. O maior exemplo disso são as alegorias de que Platão se utiliza, em suas obras, para descrever seus conceitos filosóficos. As explicações promovidas pelos primeiros filósofos acerca da *arché* da *physis* eram causais e mecânicas, enquanto que as mitológicas eram fantásticas, poéticas e intuitivas – mas isso não significa que uma estava certa e, a outra, equivocada. Melo explica que as alegorias mais serviam para acalantar os espíritos dos homens, assustados com o mistério e a complexidade dos fenômenos naturais, que para satisfazer uma necessidade lógica rigorosa.

Outro dado importante é que essa visão de que os gregos foram os fundadores da filosofia começou a ser difundida nos fins do século XVIII, por um seleto grupo de historiadores europeus<sup>11</sup>; antes disso, era consenso que essa disciplina tivera suas origens em povos como os hebreus, os caldeus, os persas, os indianos, os fenícios, os egípcios e outros que viveram antes dos gregos (Flory, 2017, p. 50).

---

<sup>11</sup> Eram eles: Christoph Meiners, Wilhelm Tennemann e Dietrich Tiedemann, que influenciaram Kant e Hegel.  
Poiesis - Revista de Filosofia <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/poiesis>  
Montes Claros, v. 30, n. 1, 2025 ISSN: 2448-3095

Outro problema é que justamente pelo fato de os termos *philosophia* e *philosophos* serem gregos, idealizados por Pitágoras, dificulta-se a identificação de outros pensadores, de outros povos e de épocas anteriores, como filósofos. Conforme explica Renzi (2020), evocando o estudo de Christopher Moore acerca da origem desses termos<sup>12</sup>, a interpretação de *philosophia* como “amor à sabedoria” foi feita por Platão e reiterada por Aristóteles; por conta disso, os primeiros filósofos gregos foram considerados como tal de modo retroativo, ou seja, eles não se autointitulavam *philosophos*, mas receberam tal título por obra de pensadores posteriores. E essa denominação pautava-se mais pelo motivo de contribuírem, de alguma forma, com o que Aristóteles entendia como seu próprio projeto filosófico. Isso nos leva a concluir que o que pode ser considerado como filosofia, e quem são os indivíduos aptos a serem considerados filósofos, é uma questão problemática e ainda aberta a discussões.

Tomando mesmo como exemplo um pensador branco e europeu, Schopenhauer foi um dos únicos de sua época a utilizar-se de preceitos da filosofia oriental em suas obras, como em *O mundo como vontade e representação* (1819). Nessa obra, em que propõe, pelo conceito de representação (*Vorstellung*), uma investigação acerca da relação do sujeito com o mundo que percebe, ele faz referência não só a filósofos europeus precedentes, mas também a filosofias orientais, como a chinesa, a hindu, e o budismo. Afinal, o interesse de pensadores de ambos os lados do hemisfério nas questões acerca da existência converge em muitos pontos – o que as diferencia é a metodologia empregada, o que, infelizmente, levou o ocidente a desconsiderar a visão oriental.

O budismo, por exemplo, conforme traz Gouveia (2015, passim), tem sido renegado como filosofia por parte dos ocidentais por três principais motivos: 1) foi visto como dogmático, por “exigir” que os pensadores seguissem a linha de um cânone pré-estabelecido; 2) adota a meditação como parte do processo de reflexão, que é vista como uma atitude que foge do estreito âmbito da especulação intelectual; 3) utiliza aspectos religiosos em sua contemplação. A autora explica, porém, que o conteúdo textual dos escritos budistas exibe, de fato, uma preocupação com a ordenação lógica das ideias e com a argumentação racional, da mesma forma como os escritos ocidentais. Além disso, a filosofia, para os orientais, é sinônimo não apenas de especulação abstrata, mas, principalmente, de prática. Os textos budistas são compostos como guias à realização das práticas, cujo objetivo é transformar a

---

<sup>12</sup> Na obra: *Calling Philosophers Names: On the Origin of a Discipline* (2019).

mente do sujeito que contempla e que medita, de forma a escapar da ignorância e do sofrimento que dela surge (Gouveia, 2015, p. 195).

Todos os motivos que descaracterizam o pensamento oriental como filosofia podem, de uma forma ou de outra, ser identificados nos pensadores ocidentais também. Sócrates é o maior exemplo de como o modo de pensar deve vir aliado à prática, assim como era o caso para as filosofias helenísticas, como o estoicismo. Na Idade Média, os pensadores europeus frequentemente aliavam suas reflexões às ideias da religião corrente, o cristianismo, numa tentativa de harmonizar razão e fé. Além disso, a referência a linhas de pensamento precedentes é verificada de forma geral entre filósofos – afinal, nenhum estudioso pensa sozinho, sem tomar conhecimento do que está sendo produzido e do que foi produzido antes.

Se Deleuze e Guattari (1992, p. 13) definiram a filosofia como a criação de conceitos, suscita-se uma problemática na identificação do que se adequa ou não a isso. Caso se resuma unicamente a conceitos<sup>13</sup>, a filosofia se torna mesmo uma atividade puramente intelectual, especulativa e desassociada da prática, o que realmente tem por resultado desclassificar o pensamento oriental, para o qual o saber pragmático é de suma relevância. Devemos nos atentar, porém, à importância da ideia de que a teoria exerça efeito sobre a realidade prática, conforme foi apontado por Marx na última de suas teses a Feuerbach (2000), em que critica o ímpeto dos filósofos de apenas se preocuparem com o plano teórico de suas ideias e esquecerem do pragmático.

Assim, as reflexões dos pensadores mencionados convidam-nos a repensar o que é filosofia e quem são os indivíduos capazes de produzi-la. Afinal, a fim de que possamos categorizar certos indivíduos como filósofos, e certas obras como filosóficas, faz-se necessário saber, em primeira instância, o que esses termos significam. É, de fato, tarefa árdua definir em termos simples em que consiste essa área tão importante do conhecimento, e enquadrar mais de 2.600 anos de pensadores e de escritos sob uma mesma conceituação.

### **3. Considerações finais: por uma filosofia plural**

Não defendemos, neste trabalho, que as belas reflexões de Nietzsche e dos outros pensadores acerca da genialidade dos gregos e de Tales de Mileto não sejam legítimas, ou que

---

<sup>13</sup> A definição de Deleuze e Guattari acerca de “conceito” é um tanto complexa: afirmam (1992, passim) que todo conceito tem uma história, obedece a um devir, é incorporal, é ponto de acúmulo de seus componentes, é absoluto e relativo ao mesmo tempo; enfim, é próprio à filosofia e somente a ela. O conceito filosófico, por ser sua criação própria, é responsável por “erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas (1992, p. 47).

esse povo não mereça ser referência na filosofia – porque, afinal, suas contribuições à cultura e ao pensamento humano, em geral, são inegáveis. Defendemos, no lugar disso, que o cânone da filosofia seja problematizado e revisto, de modo a considerar as produções de pensadores e de pensadoras que não pertencem às classes hegemônicas, ou seja, os de sexo, raças, nacionalidades e culturas diversas das socialmente privilegiadas.

Tendo isso em vista, como é que podemos definir a filosofia e o pensar filosófico? Como vimos, o que fez com que Tales de Mileto fosse considerado o primeiro filósofo, por Nietzsche e por outros, não foi o que ele disse, especificamente, sobre o elemento da água como a origem de tudo, mas, sim, o que essa sua afirmação pressupõe: uma explicação unívoca à multiplicidade. É esse modo peculiar de pensar, de interpretar informações, de propor questionamentos e de buscar respostas, que caracteriza o pensar filosófico propriamente dito.

Além disso, outra virtude valorizada nos gregos era a atitude que eles performavam perante suas vidas. Filosofar não se reduz ao pensar, mas envolve, também, adotar um certo estilo de vida – permeado pela curiosidade em compreender o mundo. Tal atitude é verificada em diversas expressões do pensamento, independentemente de raça, cultura, ou outros fatores contingentes.

Diferentes pessoas podem concluir por diferentes respostas a uma mesma questão, e isso depende da capacidade de argumentação de cada um – pois, como vimos, todos possuem tal capacidade –, bem como de seu singular poder intuitivo de sentir em seu âmago qual resposta reverbera melhor consigo. O maior problema que incorreu na definição do cânone da filosofia foi o reconhecimento que cada teoria recebeu – por vivermos numa conjuntura predominantemente sexista, racista e elitista, as opiniões mais valorizadas foram as de homens, brancos, ocidentais e de alta classe econômica. No entanto, devemos perceber que a capacidade de pensar filosoficamente não se restringe a determinadas categorias de indivíduos – dado que a racionalidade é um atributo comum a todos.

Apesar disso, não basta que sejamos dotados de razão se não a usarmos e se não soubermos como fazê-lo – e, para isso, as propostas de ambos os pensadores ocidentais e orientais nos auxiliam. Aristóteles, em seu pensamento ético, define que não basta que possuamos ciência acerca das virtudes se não as praticarmos, se não agirmos conforme esse conhecimento (Silveira, 2000, p. 48). O budismo, por sua vez, constitui um tipo de saber indissociável da vida prática, visto que sua finalidade não se esgota na mera contemplação,

pois ela só adquire sentido se contribuir com o bem viver dos indivíduos (Gouveia, 2016, p. 195).

Defendemos, portanto, que a filosofia deve não apenas ser acessível a todos, como objeto de estudo, mas incentivada a ser exercida por todos, como realização prática. Afinal, conforme constatamos, esse modo peculiar de se enxergar a realidade é acessível a toda a espécie humana.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BULHÕES, Fernanda. Pré-platônicos ou pré-socráticos? *Revista Trágica: estudos sobre Nietzsche*. V.6, Nº1, 2013 (pp. 28-38).
- CHÂTELET, François. *Una historia de la Razón*. Traducción de Oscar Terán. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2009.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia – Dos Pré-Socráticos a Aristóteles*. 2ª edição revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DESCARTES, René. *Os Pensadores*. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FLORY, Dan; et al. Author Meets Readers. *Journal of World Philosophies*. Indiana University Press, Vol.2, No.2, 2017.
- GOUVEIA, Ana Paula Martins. O filosofar budista: breves reflexões sobre o fazer filosófico e as suas motivações. *Revista Kriterion*, nº 133, 2016 (pp. 189-205).
- HEGEL, W. F. Georg. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é isto – a filosofia? / Identidade e diferença*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1999.
- KANT, Immanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas: Papirus, 1993.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. Marxists.org, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm> (acesso em: 17 mai 2024).
- MELO, Roberta. *Passagem do Mythos ao Logos*. Knoow.net, 2018. Disponível em: <https://knoow.net/ciencsocioaishuman/filosofia/mythos-logos-passagem-do/#:~:text=A%20passagem%20do%20Mythos%20ao,Gr%C3%A9cia%20como%20local%20desse%20nascimento> (acesso em: 06 dez. 2023)
- NIETZSCHE, Friedrich. *A filosofia na era trágica dos gregos*. Organização e tradução de Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2008.
- NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia*. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. Tradução de Carlos Antonio Braga. São Paulo: Lafonte, 2018.

RENZI, Vincent. *Review: Calling philosophers names: on the origin of a discipline*. Bryn Mawr Classical Review, 2020. Disponível em: <https://bmcr.brynmawr.edu/2020/2020.09.55/> (acesso em: 06 dez. 2023).

SILVEIRA, Denis. A virtudes em Aristóteles. *Revista de Ciências Humanas*. V.1, n.1, 2000 (pp. 41-71).

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.